



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA Nº 1 DE 28 DE JANEIRO DE 2025

Altera o Anexo I da Portaria SEP n. 6/2021, que dispõe sobre o portfólio de soluções de tecnologia da informação e comunicação e serviços digitais cujas atribuições de regras negociais estão no âmbito da Secretaria de Estratégia e Projetos.

O **SECRETÁRIO DE ESTRATÉGIA E PROJETOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Anexo da Portaria SEP n. 6 de 16 de abril de 2021, que passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SEP n. 6 de 29 de novembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabriel da Silveira Matos

ANEXO DA PORTARIA N. 1 DE 28 DE JANEIRO DE 2025

LISTA DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E SERVIÇOS DIGITAIS POR GESTORES NEGOCIAIS

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
-------	------------------------	-----------------------------	------------------------	--------------------

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
CODEX	Codex	Ferramenta de extração, tratamento e indexação de documentos processuais.	SEP/DPJ/DTI	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Dr. João Thiago de França Guerra; Antonio Augusto Silva Martins; Isabely Fontana da Mota.
QDPJ	Sistema de Questionário de Desenvolvimento sustentável - DPJ	Questionário de Desenvolvimento Sustentável que contém dados sobre a criação e as competências das unidades ou dos núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) - Resolução CNJ n. 201/2015.	SEP/DPJ	Dra. Lívia Cristina Marques Peres; Thatiane de Moraes Rosa; Filipe Pereira da Silva; Jaqueline Barbão.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
RENAJUD	Renajud Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores	<p>O Renajud é um sistema <i>on-line</i> de restrição judicial de veículos criado pelo CNJ, que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A ferramenta eletrônica permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), de ordens judiciais de restrições de veículos - inclusive registro de penhora - de pessoas condenadas em ações judiciais. Cabe destacar que, sob os aspectos de tecnologia da informação (TI), esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.</p>	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
INFOJUD	Sistema de Informações Judiciário ao	<p>Parceria entre o CNJ e a Receita Federal, o Programa Infojud é um serviço oferecido unicamente aos(às) magistrados(as) - e servidores(as) por eles(as) autorizados(as) - que tem como objetivos atender às solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal e fornecer informações cadastrais e cópias de declarações pela Receita Federal.</p> <p>A ferramenta está disponível apenas aos(às) representantes do Poder Judiciário previamente cadastrados(as), em base específica da Receita Federal, e que possuam certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).</p> <p>Cabe destacar que, sob os aspectos de TI, esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.</p>	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
		O Sisbajud é um		

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
SISBAJUD	Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário	<p>ao Banco Central e às instituições financeiras para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional.</p> <p>Possibilita o envio eletrônico de ordens de bloqueio e requisições de informações básicas de cadastro e saldo; permite requisitar informações detalhadas sobre extratos em conta-corrente no formato esperado pelo sistema Simba do Ministério Público Federal, e os(as) juízes(as) podem emitir ordens para solicitar das instituições financeiras informações dos devedores, tais como: cópia dos contratos de abertura de conta-corrente e de conta de investimento, fatura do cartão de crédito, contratos de câmbio, cópias de cheques, além de extratos do PIS e do FGTS. Além disso, por meio dele, podem ser bloqueados tanto</p>	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
		ativos mobiliários, como títulos de renda fixa e ações. Cabe destacar que sob os aspectos de TI, esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.		

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
SERASAJUD	SerasaJud	<p>O SerasaJud facilita a tramitação de ofícios entre o Poder Judiciário e a Serasa Experian. A ferramenta permite o encaminhamento de ordens judiciais, por meio eletrônico, para agilizar e otimizar a prestação de informações à Justiça. Todo e qualquer tipo de ordem judicial passível de atendimento pela Serasa Experian pode ser enviada através do SerasaJud: inclusão/baixa de anotação, revogação de ordens anteriores, solicitação de informações históricas e de eventuais endereços constante na base de dados, entre outros - sem qualquer tipo de restrição. Cabe destacar que, sob os aspectos de TI, esse sistema não é mantido nem hospedado pelo CNJ.</p>	SEP	Dra. Keity Mara Ferreira de Souza; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
ATOS	Atos administrativos	Sistema de publicação de atos administrativos promulgados pelo Conselho.	SEP/DGE	Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira; Adilson Medeiros da Silva.
BTUT	Banco de Tutores do Poder Judiciário	Formulário responsável pelo cadastro de tutores para o CNJ. O tutor se cadastra, escolhe áreas em que tem interesse de ministrar e faz o <i>upload</i> do seu currículo. A visualização do cadastro é feita por um administrador cadastrado no Sistema de Controle de Acesso - SCA e vinculado ao banco de tutores.	SEP/CEAJUD	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Diogo Albuquerque Ferreira.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
BNPR	Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios	Ferramenta que possibilita consulta às informações de Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidentes de Assunção de Competência (IAC), além dos processos sobrestados vinculados que aguardam julgamento de mérito do precedente. Demandas Repetitivas são processos nos quais a mesma questão de direito se reproduz de modo que a sua solução pelos tribunais superiores ou pelos próprios tribunais locais pode ser replicada para todos, garantindo que essas causas tenham a mesma solução, ganhando-se, assim, celeridade, isonomia e segurança jurídica no tratamento de questões com grande repercussão social.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Wanessa Mendes de Araujo.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
BNP/PANGEA	Banco Nacional de Precedentes	Consiste em repositório e plataforma tecnológica unificada de pesquisa textual e estatística.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Wanessa Mendes de Araujo.
DSPACE	Biblioteca Digital	Repositório público de livros, relatórios de pesquisa, manuais e outros documentos produzidos pelo CNJ.	SEP/COIN	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
CNCIAI	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa. Preenchido pelos tribunais.	SEP	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Isabely Fontana da Mota; Angela Maria dos Santos.
DATAJUD	DataJud	Lançado em 25 de maio, o DataJud é uma base nacional do Poder Judiciário que possui todos os metadados dos processos em tramitação no país.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Gabriela Moreira de Azevedo Soares; Antonio Augusto Silva Martins; Isabely Fontana da Mota; Igor Tadeu Silva Viana Stemler.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
OJS	e-Revista CNJ	Revista Eletrônica do CNJ.	SEP/COIN	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
JUSNUM	Justiça em Números	Sistema utilizado pelos tribunais para alimentar as estatísticas do projeto Justiça em Números. O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) utiliza o sistema para gerar relatórios e para determinar os períodos de abertura para novas inserções.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Lívia Cristina Marques Peres; Igor Tadeu Silva Viana Stemler; Filipe Pereira da Silva.
METAS	Metas Nacionais	Sistema que centraliza o acesso a todos os outros sistemas das metas.	SEP/DGE	Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira; Pedro Farage Assunção.
MODULO_XML	Módulo de Produtividade Mensal	Sistema que registra o cadastro das unidades judiciárias, com informações complementares e relacionadas ao sistema corporativo; cadastro dos(as) magistrados(as); produtividade das unidades judiciárias; e produtividade dos(as) magistrados(as).	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Igor Tadeu Silva Viana Stemler; Filipe Pereira da Silva.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
RENOVAJUD	Plataforma da Rede de Inovação e Inteligência do Judiciário	Ambiente de interação de pessoas e cocriação, com o objetivo de elaborar protótipos para novos projetos e planos de ação relacionados à Agenda 2030 para aperfeiçoar os serviços que o Judiciário presta à sociedade.	SEP	Dra. Lívia Cristina Marques Peres; Bruno Cezar Andrade de Souza.
EADCNJ	Plataforma EAD - CEAJUD	Plataforma de ensino a distância nacional.	SEP/CEAJUD	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Diogo Albuquerque Ferreira.
PORTALBP	Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	As práticas de sucesso adotadas pelos tribunais brasileiros poderão ser conhecidas e reaplicadas em todo o País. A partir da criação do Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário pela Portaria n. 140/2019, os órgãos poderão inscrever iniciativas positivas, que servirão de modelo para melhoria da gestão e da prestação jurisdicional.	SEP/DGE	Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira; Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Marcos Vinícius Silva Campos.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
OCGR	Portal do Observatório de Causas de Grande Repercussão	O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça instituíram o Observatório de Causas de Grande Repercussão. A iniciativa conjunta tem como objetivo o aperfeiçoamento da atuação das instituições em ocorrências de grande impacto e repercussão, incluindo a implantação e a modernização de rotinas, prioridades, organização, especialização e estruturação dos órgãos competentes de atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público.	SEP/DPJ	Dra. Lívia Cristina Marques Peres; Dra. Adriana Franco Mello Machado; Gabriela Moreira de Azevedo Soares; Danielly dos Santos Queirós; Bruno Gomes Faria.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
CONCILIAJUD	Sistema de Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos	O ConciliaJud reúne informações de formadores, instrutores, expositores, mediadores e conciliadores judiciais bem como de ações de capacitação destinadas a promover: a) cursos de formação de instrutores em mediação e conciliação judiciais; b) cursos de formação de mediadores e conciliadores judiciais ou de formação de conciliadores judiciais; c) cursos de formação de instrutores de expositores das oficinas de divórcio e parentalidade; d) cursos de formação de expositores das oficinas de divórcio e parentalidade.	SEP/CEAJUD	Dra. Fabiane Pieruccini; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
SGT	Sistema de Gestão de Tabelas	Sistema para controle das tabelas processuais unificadas do CNJ, inclusive com consulta pública e disponibilização das versões.	SEP/DPJ	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Pedro Henrique Pádua Amorim.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
SIP	Sistema de Permissões	Sistema de cadastro de permissões e usuários do TRF-4.	SEP/COIN	Dra. Fabiane Pieruccini; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
SEI	Sistema eletrônico de informações	Sistema de tramitação de processos administrativos eletrônicos (Portaria n. 1/2015).	SEP/COIN	Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar; Dra. Fabiane Pieruccini; Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; Renata Lima Guedes Peixoto.
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento	Sistema criado para consolidar dados fornecidos pelos tribunais de justiça referentes ao acolhimento institucional e familiar, à adoção, incluindo a <i>s intuitu personae</i> , e a outras modalidades de colocação em família substituta bem como a pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção.	SEP	Dr. Edinaldo César Santos Júnior; Isabely Fontana da Mota.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
ePol / PDPJ-Br	Sistema de Inquéritos Policiais Eletrônicos da Polícia Federal / Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro	Integração do ePol à Plataforma Digital do Poder Judiciário brasileiro (PDPJ-Br).	SEP	Dr. João Thiago de França Guerra; Thaís Martins Bosch.
CEDINPREC	Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios	Sistema informatizado por meio do qual são centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).	SEP/ Gabinete Vaga Juiz Federal	Dra. Wanessa Mendes de Araujo; Thaissa Nascimento Matos.
PrevJud	Serviço de Informação e Automação Previdenciária	Solução tecnológica criada pelo Programa Justiça 4.0, realizado em parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para aprimorar o acesso ao Judiciário.		Dra. Lívia Cristina Marques Peres; Angela Maria dos Santos.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
Sniper	Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos	Solução tecnológica desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0 que agiliza e facilita a investigação patrimonial para servidores(as) e magistrados(as) de todos os tribunais brasileiros integrados à PDPJ-Br.	SEP	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
SNGB	Sistema Nacional de Gestão de Bens	Solução tecnológica desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0 que aprimora a política de gestão de bens judicializados e oferece mais controle da tramitação judicial desses bens para evitar depreciações, perecimentos e extravios.	SEP	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.
	Portal de Serviços do Poder Judiciário	Solução tecnológica desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0 que centraliza o acesso a informações processuais e aos serviços da Justiça.	SEP	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva.

Sigla	Nome da Solução de TIC	Descrição da Solução de TIC	Unidade Administrativa	Gestores Negociais
Data Lake	Data Lake	Repositório centralizado de grandes conjuntos de dados (<i>big data</i>) extraídos dos sistemas de acompanhamento processual, por meio do Codex, e de outras fontes, como o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) e o Sniper.	SEP/DTI	Dr. Dorotheo Barbosa Neto; Dr. João Thiago de França Guerra; Antonio Augusto Silva Martins.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DA SILVEIRA MATOS, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E PROJETOS**, em 03/02/2025, às 16:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2083607** e o código CRC **7C1F0F9E**.

03003/2021

2083607v3